



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS
DOS MUNICÍPIOS

Simulado Especial

TCM PA

Auditor de Controle Externo

Área Governança Pública

Pós-Edital

Simulado

Simulado TCM PA (Auditor de Controle Externo – Área Governança Pública)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso TCM PA (Auditor de Controle Externo – Área Governança Pública);
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00** às **12:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo abaixo destas informações;

PREENCHA SEU GABARITO

<https://bit.ly/Simulado-TCM-PA-Auditor-28-01>

01 - ABCD	15 - ABCD	29 - ABCD	43 - ABCD	57 - ABCD
02 - ABCD	16 - ABCD	30 - ABCD	44 - ABCD	58 - ABCD
03 - ABCD	17 - ABCD	31 - ABCD	45 - ABCD	59 - ABCD
04 - ABCD	18 - ABCD	32 - ABCD	46 - ABCD	60 - ABCD
05 - ABCD	19 - ABCD	33 - ABCD	47 - ABCD	61 - ABCD
06 - ABCD	20 - ABCD	34 - ABCD	48 - ABCD	62 - ABCD
07 - ABCD	21 - ABCD	35 - ABCD	49 - ABCD	63 - ABCD
08 - ABCD	22 - ABCD	36 - ABCD	50 - ABCD	64 - ABCD
09 - ABCD	23 - ABCD	37 - ABCD	51 - ABCD	65 - ABCD
10 - ABCD	24 - ABCD	38 - ABCD	52 - ABCD	66 - ABCD
11 - ABCD	25 - ABCD	39 - ABCD	53 - ABCD	67 - ABCD
12 - ABCD	26 - ABCD	40 - ABCD	54 - ABCD	68 - ABCD
13 - ABCD	27 - ABCD	41 - ABCD	55 - ABCD	69 - ABCD
14 - ABCD	28 - ABCD	42 - ABCD	56 - ABCD	70 - ABCD

CONHECIMENTOS GERAIS**CONTROLE EXTERNO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA***Herbert Almeida*

01. Considerando as disposições constitucionais e a jurisprudência do STF, marque a alternativa que indica corretamente uma competência do Tribunal de Contas da União:

- a) emitir parecer prévio individualizado sobre as contas do Presidente da República e dos presidentes da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Supremo Tribunal Federal.
- b) executar, se não houver o pagamento no prazo, os títulos executivos que imputem débito ou multa, decorrentes de suas decisões
- c) julgar as contas daqueles que derem causa a prejuízo ao patrimônio da União.
- d) anular, diretamente, os atos administrativos ilegais, mas em relação aos contratos essa atribuição caberá ao Congresso Nacional.

02. Suponha que o Tribunal de Contas dos Municípios do Pará tenha emitido parecer prévio propondo a rejeição das contas de determinado Prefeito Municipal. Nesse caso:

- a) a rejeição das contas do Prefeito dependerá de voto favorável de dois terços dos membros da Câmara Municipal.
- b) o Prefeito ficará inelegível, enquanto não houver a derrubada do parecer prévio, mediante deliberação de dois terços dos membros da Casa Legislativa municipal.
- c) a ausência de julgamento, no prazo legal, constituirá julgamento ficto pela rejeição das contas.
- d) a rejeição do parecer prévio do Tribunal de Contas dependerá de voto favorável de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

03. José é servidor público concursado e está respondendo, em ação ajuizada pelo Ministério Público, pela prática de ato de improbidade administrativa consistente no recebimento de vantagem econômica para facilitar a locação de bem público por preço inferior ao valor de mercado. Foi informado de que a Lei de Improbidade Administrativa passou por mudanças significativas e que uma delas se refere às sanções que poderão ser aplicadas. A respeito desse tema, é correto afirmar que José

- a) não estará mais sujeito à pena de perda da função pública, mas poderá ter os direitos políticos suspensos por prazo não superior a quatorze anos.
- b) entre as sanções, poderá ser condenado à proibição de contratar com o poder público por prazo não superior a quatorze anos, podendo a sanção, excepcionalmente, extrapolar o ente público lesado pelo ato de improbidade.
- c) poderá ser condenado a pagar multa civil correspondente ao triplo do valor do dano causado.
- d) sofrerá as sanções da Lei de Improbidade de imediato, sendo desnecessário aguardar o trânsito em julgado da sentença condenatória para executá-las.

04. João ficou inconformado com o mérito de decisão emitida pelo Tribunal Pleno, em processo de controle externo, e pediu ao seu representante que apresentasse um recurso. Nesse caso, considerando que ainda não houve o trânsito em julgado, o instrumento de recurso cabível será:

- a) pedido de revisão, dirigido ao Tribunal Pleno.
- b) agravo, direcionado à Câmara competente.
- c) embargos de declaração, dirigido a qualquer dos colegiados.
- d) recurso ordinário ao Tribunal Pleno.

05. Segundo a Lei Complementar nº 109/2016, os conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará podem:

- a) exercer cargo de magistério.
- b) manifestar-se, previamente, sobre matéria sujeita à sua decisão ou de cujo processo decisório venha a participar;
- c) dedicar-se à atividade político-partidária.
- d) exercer cargo em sociedade civil, associação ou fundação, de qualquer natureza.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Emerson Bruno

06. De acordo com a Constituição do Estado do Pará, o Tribunal de Contas do Estado e o Tribunal de Contas dos Municípios são integrados, respectivamente:

- a) por 09 e 07 Conselheiros.
- b) por 07 e 05 Conselheiros.
- c) ambos por 07 Conselheiros.
- d) por 07 e 09 Conselheiros.

07. Conforme previsto na Constituição do Estado, o controle externo, a cargo da Assembleia Legislativa, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado. Sobre a sustação do contrato administrativo por parte dos Tribunais de Contas, marque a afirmativa incorreta.

- a) A sustação poderá ser feita diretamente pelos Tribunais, não sendo necessário aguardar a omissão do Poder Legislativo ou do Poder Executivo.
- b) O ato de sustação será adotado diretamente pelo Poder Legislativo, que solicitará, de imediato, ao Poder Executivo as medidas cabíveis.
- c) Se o Poder Legislativo ou o Poder Executivo, no prazo de noventa dias, não efetivar a sustação do contrato administrativo, os Tribunais decidirão a respeito.
- d) A sustação não poderá ser feita diretamente pelos Tribunais.

08. Os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado e do Tribunal de Contas dos Municípios serão nomeados dentre brasileiros que satisfaçam os seguintes requisitos, EXCETO.

- a) idoneidade moral e reputação ilibada.
- b) mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade.
- c) notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos, financeiros e de administração pública.
- d) mais de dez anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional que exija os conhecimentos mencionados no inciso anterior.

09. De acordo com o Regimento Interno do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, órgão de controle externo da gestão de recursos públicos municipais, marque a afirmativa incorreta:

- a) Compete ao TCM apreciar as contas anuais do Chefe do Poder Executivo Municipal e sobre elas emitir parecer prévio, a fim de instrumentalizar o julgamento pela Câmara Municipal.
- b) Compete ao TCM fiscalizar os procedimentos licitatórios, incluindo as dispensas e inexigibilidades, e os contratos ou instrumentos congêneres decorrentes.
- c) Compete ao TCM apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal na administração direta e indireta, exceto as fundações mantidas pelo Poder Público Municipal.
- d) Compete ao TCM fiscalizar as declarações de bens e rendas apresentadas pelas autoridades e servidores públicos.

10. De acordo com o Regimento Interno do TCM PA, a decisão do Tribunal, da qual resulte imputação de débito ou cominação de multa:

- a) constitui dívida líquida e certa, mas não tem eficácia de título executivo.
- b) constitui dívida líquida e certa, tendo eficácia de título executivo.
- c) constitui uma promessa de pagamento, tendo eficácia de título executivo.
- d) constitui uma promessa de pagamento, tendo eficácia de título extrajudicial.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Rubens Mauricio

11. Acerca da aposentadoria por incapacidade permanente, é **incorreto** afirmar:

- a) Corresponderá a 100% do salário de benefício, quando a aposentadoria decorrer de acidente de trabalho, doença profissional ou doença do trabalho.
- b) Corresponderá a 60% do salário de benefício, com acréscimo de dois pontos percentuais para cada ano de contribuição que exceder o tempo de vinte anos de contribuição, para os homens, ou quinze anos de contribuição, para as mulheres, salvo quando decorrer de acidente de trabalho, doença profissional ou doença do trabalho.
- c) Será acrescido de 25% quando o segurado necessitar da assistência permanente de outra pessoa, nos termos da legislação, sendo devido até o valor da aposentadoria atingir o limite máximo do salário de contribuição.
- d) A doença ou lesão de que o segurado já era portador ao filiar-se ao RGPS não lhe conferirá direito à aposentadoria por incapacidade permanente, exceto quando a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão.

12. Em relação ao servidor abrangido por regime próprio de previdência social é correto afirmar, **exceto**:

- a) Será aposentado por incapacidade permanente para o trabalho, no cargo em que estiver investido, quando insuscetível de readaptação.
- b) Será aposentado compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, na forma de lei complementar.
- c) Será aposentado no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios aos 60 anos de idade, se mulher, e aos 65 anos de idade, se homem.
- d) Poderão ser estabelecidos por lei complementar do respectivo ente federativo idade e tempo de contribuição diferenciados para aposentadoria de servidores com deficiência, previamente submetidos a avaliação biopsicossocial realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar.

13. Para fins de contagem recíproca de tempo de contribuição é **correto** afirmar:

- a) É assegurada a contagem de tempo de contribuição no serviço público com o de contribuição na atividade privada, quando concomitantes.
- b) É assegurada a conversão do tempo cumprido pelo segurado com deficiência ou quando exercido em atividade sujeita a condições especiais.
- c) É permitida a contagem em dobro ou em outras condições especiais.
- d) A partir da EC 103/2019, somente serão consideradas as competências cujos salários de contribuição tenham valor igual ou superior ao limite mínimo mensal do salário de contribuição para o RGPS.

DIREITO PENAL

Priscila silveira

14. Carlos Alberto, inconformado com o fim de seu relacionamento com Lúcia Helena que durou por cerca de 5 anos, resolve procurá-la para discutir sobre o término e tentar a qualquer custo reconciliação. Após ser mais uma vez cientificado de que o romance não teria volta, e pretendendo ceifar a vida de Lúcia Helena, Carlos Alberto tira a faca da cintura e desfere três golpes contra a vítima, sendo um no peito e dois na região do pescoço. Após golpear a ex-namorada, Carlos Alberto foge do local sem dar pistas de seu paradeiro. Lúcia Helena é socorrida para o Hospital, mas não resiste aos ferimentos e falece. Diante da situação hipotética, Carlos Alberto, muito embora tenha causado lesão corporal em Lúcia Helena, não responderá pelo crime de lesão em razão do princípio da

- a) subsidiariedade
- b) consunção
- c) especialidade
- d) alternatividade

15. Júlia e Gustavo casaram-se em 25/01/2001.

Gustavo era um jovem que gostava de sair com os amigos para beber às sextas-feiras, mas deixava Júlia sempre sozinha. Júlia não se importava que seu marido saísse com os amigos, mas em 15/04/2003, recebeu um torpedão de um número desconhecido com os seguintes dizeres: “Gustavo tem um relacionamento extraconjugal com Isabella. Todas as sextas-feiras eles se encontram no bar da Onça. Fique esperta.” Após receber referida mensagem, Júlia foi atrás de Gustavo e de fato a mensagem era verdadeira. Por causa disso, Gustavo foi processado e condenado no ano de 2004 pelo crime de adultério, tipificado, na data dos fatos, no artigo 240 do CP. Contudo, o crime deixa de existir no ano de 2005, quando Gustavo já

tinha, inclusive, cumprido a pena pelo crime, a qual foi julgada extinta. Nesse caso,

- a) nada poderá ser arguido, pois mesmo se tratando de uma norma benéfica, Gustavo já cumpriu a pena.
- b) muito embora a norma seja benéfica, devendo retroagir, não poderá ser aplicado “abolitio criminis”, diante do trânsito em julgado da decisão.
- c) a lei não retroagirá, não podendo alcançar fatos anteriores.
- d) a lei retroagirá, pois em caso de abolitio criminis, a norma benéfica deve retroagir, pois afasta os efeitos penais.

16. A respeito da imputabilidade penal, assinale a opção correta.

- a) É isento de pena o agente que, por embriaguez completa, proveniente de caso fortuito ou força maior, tenha sido, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- b) Os menores de vinte e um anos de idade são penalmente inimputáveis, estando sujeitos às normas estabelecidas na legislação especial.
- c) É isento de pena o agente que, em virtude de perturbação de saúde mental ou por desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- d) Excluem a imputabilidade penal a emoção, a paixão e a embriaguez culposa pelo álcool ou substância de efeitos análogos.

DIREITO ADMINISTRATIVO*Fabiano Pereira*

17. Acerca dos princípios implícitos, associe a segunda coluna de acordo com a primeira, numerando os parênteses. Ao final, assinale a alternativa que mostra a sequência correta:

1ª COLUNA

- 1) Razoabilidade;
- (2) Proporcionalidade;
- (3) Intranscendência subjetiva;
- (4) Especialidade.

2ª COLUNA

- () Ao criar ou autorizar a criação de entidade administrativa, a lei estabelece previamente a sua área de atuação. Desse modo, somente por lei será possível em momento posterior alterar a finalidade desta mesma entidade.
- () Garantir que os meios adotados pelas entidades e órgãos administrativos de todos os entes da federação, assim como seus respectivos agentes, sejam adequados aos fins legais que se deseja alcançar, vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público;
- () Enuncia-se com este princípio que a Administração, ao atuar no exercício de discricção, terá de obedecer a critérios aceitáveis do ponto de vista racional, em sintonia com o senso normal de pessoas equilibradas e respeitosa das finalidades que presidiram a outorga da competência exercida;
- () Inibe a aplicação de severas sanções a entidades federativas por ato de gestão anterior à assunção dos deveres públicos. Com efeito, deve-se evitar a aplicação de penalidades à Administração Pública que possam dificultar a governabilidade do novo gestor caso haja irregularidades decorrentes das gestões anteriores - desde que se demonstre que o novo administrador está tomando todas as providências necessárias a sanar os prejuízos.

Assinale a alternativa que mostra a sequência correta:

- a) 4 – 2 – 1 – 3;
- b) 2 – 1 – 3 – 4;
- c) 4 – 2 – 3 – 1;
- d) 1 – 3 – 4 – 2;

18. A seguir está a transcrição do conceito de um ato administrativo. Após analisá-lo, marque a alternativa correta que indica a qual ato o conceito faz referência:

Conceito: *É o desfazimento de um ato válido em virtude do seu destinatário ter descumprido os requisitos necessários para a sua manutenção em vigor. Nesse caso, deve ficar bem claro que o particular, destinatário do ato, é o único responsável pela sua extinção.*

Qual é o ato desse conceito?

- a) Anulação;
- b) Cassação;
- c) Extinção Subjetiva;
- d) Perempção;

19. A respeito das modalidades de licitação da Lei 14.133/2021, classifique as afirmações abaixo em V (Verdadeiras) ou F (Falsas) e assinale a alternativa que expressa a ordem CORRETA.

() O art. 6º, XLII, da Lei 14.133/2021, é expresso ao definir que o diálogo competitivo é modalidade de licitação para aquisição de bens, serviços comuns e compras em que a administração pública realiza diálogos com licitantes previamente selecionados mediante critérios objetivos, com o intuito de desenvolver uma ou mais alternativas capazes de atender às suas necessidades, devendo os licitantes apresentar proposta final após o encerramento dos diálogos.

() Na modalidade concorrência, o critério de julgamento poderá ser: I - menor preço; II - melhor técnica ou conteúdo artístico; III - técnica e preço; IV - maior retorno econômico; V - maior desconto;

() Na modalidade diálogo competitivo a Administração Pública deve apresentar suas necessidades e exigências já definidas no edital a ser divulgado no sítio eletrônico oficial, estabelecendo um prazo mínimo de 25 (vinte e cinco) dias úteis para manifestação de interesse de participação na licitação.

() Na modalidade leilão o critério de julgamento é o maior lance, portanto, a divulgação do edital deve se dar no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis, e ainda, deve exigir registro cadastral prévio dos participantes.

Assinale a alternativa que mostra a sequência correta.

a) V – F – F – V

b) F – F – V – V

c) V – F – V – F

d) F – V – V – F

20. A seguir está a transcrição de um ato que constitui improbidade administrativa, nos termos da Lei 8.429/92. Após a sua leitura atenta, marque a alternativa que classifica corretamente o tipo de improbidade que o ato se enquadra, ou seja, se o ato categoriza-se como enriquecimento ilícito, prejuízo ao erário ou atenta contra os princípios administrativos. Além disso, indique as sanções e penas respectivas do ato.

“Receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indireta, para tolerar a exploração ou a prática de jogos de azar, de lenocínio, de narcotráfico, de contrabando, de usura ou de qualquer outra atividade ilícita, ou aceitar promessa de tal vantagem;”

a) Constitui ato de improbidade administrativa causa enriquecimento ilícito. Suas sanções e penas serão: multa civil equivalente ao valor do dano, perda de função pública, suspensão dos direitos políticos em até 14 anos, entre outras;

b) Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios administrativos. Suas sanções e penas serão: ressarcimento integral do dano, multa civil em até 24 vezes o valor da remuneração e proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios em até 4 (quatro) anos;

c) Constitui ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário. Suas sanções serão: proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios em até 12 anos, multa civil equivalente ao valor do dano, perda de função pública, entre outras;

d) Constitui ato de improbidade administrativa em enriquecimento ilícito. Suas sanções e penas serão: perda de bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, perda de função pública, multa civil equivalente ao valor do acréscimo patrimonial, entre outras.

DIREITO FINANCEIRO*Gabriela Zavadinack*

21. A Constituição Federal traz normas específicas relativas à Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária. Sobre o sistema de controle interno dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, nos termos do art. 74 do texto constitucional, assinale a alternativa que contém uma de suas finalidades:

- a) apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento.
- b) realizar, por iniciativa própria, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, de Comissão técnica ou de inquérito, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.
- c) fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município.
- d) exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União.

22. O princípio orçamentário da especificação dispõe que as receitas e as despesas devem ser evidenciadas na lei orçamentária de forma discriminada, de tal forma que se possa saber, pormenorizadamente, as origens dos recursos e sua aplicação. A regra objetiva facilitar a função do controle político do gasto público, pois inibe autorizações (dotações) genéricas, com finalidade aberta, e que propiciam demasiada flexibilidade e arbítrio ao Poder Executivo. Contudo, a despeito da existência da regra, é uma exceção a esse princípio

- a) a possibilidade de não inclusão de determinado quantitativo de receita na Lei Orçamentária Anual em razão da incerteza de sua realização.
- b) a possibilidade de autorização de contratação de operações de crédito no texto da Lei Orçamentária Anual.
- c) a existência de programa especial de trabalho custeado por dotação global.
- d) a possibilidade de registro de valores líquidos na Lei Orçamentária Anual com relação às transferências constitucionais ou legais.

23. Nos termos da Constituição Federal de 1988, os pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas Federal, Estaduais, Distrital e Municipais, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim. No que atine ao tema em comento, assinale a alternativa incorreta:

- a) É obrigatória a inclusão no orçamento das entidades de direito público de verba necessária ao pagamento de seus débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado constantes de precatórios judiciais apresentados até 2 de abril, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente.
- b) Os débitos de natureza alimentícia compreendem aqueles decorrentes de salários, vencimentos, proventos, pensões e suas complementações, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou por invalidez, fundadas em responsabilidade civil, em virtude de sentença judicial transitada em julgado, e sempre serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos.
- c) É vedada a expedição de precatórios complementares ou suplementares de valor pago, bem como o fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução para fins de enquadramento de parcela do total no limite da requisição de pequeno valor.
- d) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios aferirão mensalmente, em base anual, o comprometimento de suas respectivas receitas correntes líquidas com o pagamento de precatórios e obrigações de pequeno valor.

24. Relativamente à dívida pública, com fundamento nos preceitos da Constituição Federal e da Lei de Responsabilidade Fiscal, compete ao Congresso Nacional

- a) dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.
- b) dispor sobre o montante da dívida mobiliária federal.
- c) estabelecer limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.
- d) estabelecer limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios

25. A Lei de Responsabilidade Fiscal traz regras rígidas acerca dos limites da despesa com pessoal. Naqueles Estados em que existe Tribunal de Contas dos Municípios, como é o caso do Estado do Pará, os percentuais limites para a despesa com pessoal

- a) do Legislativo será de 2,5% e do Executivo de 40,9%.
- b) do Legislativo será de 6% e do Executivo de 54%.
- c) do Legislativo será de 3% e do Executivo de 49%.
- d) do Legislativo será de 3,4% e do Executivo de 48,6%.

DIREITO TRIBUTÁRIO*Fábio Dutra*

26. Em relação à moratória, aponte a alternativa correta:

- a) a moratória é considerada hipótese de exclusão do crédito tributário;
- b) a moratória pode ser concedida em caráter geral ou individual;
- c) A lei concessiva de moratória não pode circunscrever expressamente a sua aplicabilidade à determinada região do território da pessoa jurídica de direito público que a expedir;
- d) A moratória somente abrange os créditos definitivamente constituídos à data da lei ou do despacho que a conceder, não se aplicando àqueles cujo lançamento já tenha sido iniciado àquela data por ato regularmente notificado ao sujeito passivo.

27. Constitui exceção ao princípio da anterioridade nonagesimal:

- a) a majoração da alíquota do ITBI.
- b) a majoração da base de cálculo do IPTU.
- c) a majoração da alíquota do IPTU.
- d) A majoração da base de cálculo do ITBI.

CONTABILIDADE PÚBLICA*Gilmar Possati*

28. Segundo a NBC TSP – Estrutura Conceitual, os usuários dos RCPGs das entidades do setor público precisam de informações para subsidiar as avaliações de algumas questões, EXCETO:

- a) se a entidade prestou seus serviços à sociedade de maneira eficiente e eficaz.
- b) quais são os recursos atualmente disponíveis para gastos futuros, e até que ponto há restrições ou condições para a utilização desses recursos.
- c) a extensão na qual a carga tributária, que recai sobre os contribuintes em períodos futuros para pagar por serviços correntes, tem mudado.
- d) se a capacidade da entidade para pagar seus servidores melhorou ou piorou em comparação com exercícios anteriores.

29. Acerca das Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBC TSP) é correto afirmar que:

- a) Nos termos da NBC TSP – Estrutura Conceitual, Tempestividade, Comparabilidade, Verificabilidade e Compreensibilidade são características qualitativas de melhoria da informação contábil útil.
- b) De acordo com a NBC TSP 06, é considerado propriedade para investimento um edifício que determinada prefeitura possui e que deseja usar na produção ou fornecimento de bens ou serviços com finalidade administrativa.
- c) Segundo a NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração do Resultado e as Notas Explicativas são demonstrações contábeis aplicadas ao setor público (DCASP).
- d) Segundo a NBC TSP 07, o reconhecimento dos custos no valor contábil de um item do ativo imobilizado cessa quando o item começa a ser utilizado pela entidade.

30. Acerca das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, julgue as assertivas a seguir:

- I – A Demonstração do Resultado é uma demonstração contábil aplicável ao setor público, conforme previsto na NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis.
- II – A NBC TSP 11 confere viés orçamentário ao Balanço Patrimonial ao separar o ativo e o passivo em dois grupos, Financeiro e Permanente, em função da dependência ou não de autorização legislativa ou orçamentária para realização dos itens que o compõem.
- III – O balanço patrimonial, segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público é composto de um quadro principal que atende ao disposto na NBC TSP 11 e três quadros anexos, para fins de atendimento ao disposto na Lei n. 4.320/64.

Está(ão) correto(s):

- a) I, apenas.
b) I e III, apenas.
c) III, apenas.
d) I, II e III.

ECONOMIA

Amanda Aires

31. Assinale a alternativa correta considerando uma economia hipotética que opera com pleno emprego e que possui 200 trabalhadores com capacidade de produzir 4 vinhos ou 3 tecidos.

- a) A economia produz 800 tecidos.
b) Se a economia produz 200 vinhos e 150 tecidos, ela é eficiente.
c) A produção de 800 vinhos é ineficiente.
d) Todos os pontos no interior da curva de possibilidades de produção são ineficientes.

32. Considere as seguintes equações de oferta e demanda:

demanda: $Q = 20.000 - 150P$;

oferta: $Q = 5.000 + 250P$.

Nesse caso, o preço e a quantidade de equilíbrio são respectivamente iguais a

- a) 37,5 e 14.375.
b) 27,5 e 8.375.
c) 37,5 e 9.375.
d) 47,5 e 9.575.

33. Assinale a opção incorreta em relação a elasticidade-preço da demanda.

- a) Um bem de luxo é um bem normal com elasticidade renda da demanda superior a 1.
b) A elasticidade de uma demanda linear para preço igual a zero tende para infinito.
c) Quando a demanda for elástica, a receita do produtor diminuirá quando o preço do bem comercializado aumentar, mantidas as demais variáveis constantes.
d) Quando um bem for inelástico, a receita aumentará quando se aumentar o preço.

34. Com relação às estruturas de mercado, assinale a opção incorreta.

- a) As margens de lucros de setores monopolistas são medidas pela diferença entre os preços praticados e seus custos médios.
b) Igualar o preço ao custo médio de produção em um mercado de monopólio natural é uma estratégia eficiente.
c) Mercado em concorrência monopolística é caracterizado pela livre entrada de empresas produzindo bens homogêneos.
d) Em um duopólio à Bertrand, cada empresa escolhe, no equilíbrio, o mesmo preço que escolheria se estivesse no mercado competitivo.

35. Acerca do sistema de contas nacionais e dos principais agregados macroeconômicos e monetários em uma economia em que não há subsídio à produção, assinale a opção incorreta.

- a) O aumento do nível geral de preços da economia aumenta a demanda por moeda na forma dos meios de pagamento.
- b) O valor do M1 — papel moeda em poder do público mais depósito à vista em banco comercial — é maior que a base monetária.
- c) Nas contas nacionais, o acúmulo de estoques indesejados é contabilizado como consumo das famílias.
- d) Bem produzido, mas não vendido, entra no cálculo do produto interno bruto no ano de sua produção.

36. Com relação ao produto interno bruto (PIB), assinale a opção correta.

- a) As despesas do governo federal e os investimentos públicos são incluídos no cálculo do PIB como gastos do governo.
- b) O orçamento público dos governos estaduais é incluído como gastos públicos no cálculo do PIB.
- c) Aumentos de preços de imóveis usados não contribuem para o aumento do PIB real.
- d) No cálculo do PIB, considera-se toda a produção nacional ocorrida no país e no exterior.

37. Sobre as funções do governo na economia, julgue o item correto.

- a) A função alocativa do governo diz respeito à transferência de renda para a população mais vulnerável
- b) A função estabilizadora do governo está associada à estabilização de emprego e preços de uma economia
- c) A função normativa do governo diz respeito ao estabelecimento de regras de funcionamento da economia
- d) A função reguladora do governo diz respeito ao funcionamento de regras dentro da economia.

38. Analise as possíveis características de um certo bem.

- I - O público em geral tem acesso a ele.
- II – É impossível excluir uma pessoa do seu consumo.
- III - Ele é produzido por uma empresa do setor público.
- IV – O custo marginal de produção desse bem é nulo.
- V - Traz benefícios para o público em geral.

Para ser considerado um bem público, deve atender APENAS às características

- a) I e II.
- b) I e V.
- c) II e III.
- d) II e IV.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Elisabete Moreira

39. Considerando o paradigma pós-burocrático e a gestão por resultados como modelos de gestão implantados no Brasil, considere:

- I – Houve a flexibilização do modelo e a ruptura com o modelo burocrático de gestão.
- II – As organizações pós-burocráticas podem ser caracterizadas como orientadas para a solução de conflitos e problemas, baseadas na participação, confiança e compromisso.
- III – O modelo pós-burocrático é construído em torno de processos tecnologicamente intensivos, baseados no consenso e no personalismo de interesses.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) I, II, III
- b) I
- c) II
- d) III

40. As mudanças econômicas, sociais e políticas marcaram o contexto das reformas administrativas que redefiniram o papel de atuação do Estado. Acerca da evolução da administração pública no Brasil, marque a alternativa correta.

- a) O modelo de reforma do Estado brasileiro, posto em prática sob a ótica neoliberal, mostrou-se eficaz na solução dos problemas socioeconômicos do país, pois estava orientado para o desenvolvimento e levou em consideração a necessidade do Estado de sua construção em novas bases.
- b) A reforma iniciada com o Decreto-Lei n.º 200/1967 consolidou a centralização das atividades de produção de bens e serviços na administração direta, consagrando e racionalizando uma situação que já se delineava na prática.
- c) As grandes reformas administrativas do Estado brasileiro, ocorridas após 1930, foram do tipo patrimonialista, burocrática e gerencial.
- d) O Estado Regulador atua como responsável por definir regras ou padrões a serem seguidos em prestação de serviços essenciais à população.

41. Acerca dos instrumentos de intermediação de interesses, julgue as alternativas a seguir:

- I – O corporativismo é utilizado para remover ou neutralizar conflitos econômicos relacionados à concorrência de mercados, conflitos sociais relacionados à luta de classes e conflitos políticos relacionados a divergências partidárias.
- II – No neocorporativismo ou corporativismo societal as entidades privadas conquistaram o direito de participar do processo decisório.
- III – O clientelismo é um mecanismo de proteção do núcleo técnico do Estado contra a interferência oriunda do público ou de outras organizações intermediárias.

Aponte a alternativa correta:

- a) I e II estão corretas
- b) I e III estão corretas
- c) II e III estão corretas
- d) I, II e III estão corretas

42. A Administração Pública brasileira tem buscado se adaptar às mudanças da sociedade, incorporando ferramentas da iniciativa privada, adaptadas a área pública. Assinale a opção que indica uma premissa discutida nos tempos atuais

- a) O plebiscito e o controle social são mecanismos de accountability horizontal.
- b) Uma alta demanda social por accountability afeta negativamente a capacidade de governança.
- c) Sem legitimidade, não há como se falar em governabilidade.
- d) A governança é dependente da governabilidade.

43. A avaliação de políticas públicas que visa analisar o conteúdo da política, após o processo de realização das ações é denominada:

- a) Avaliação formativa
- b) Avaliação somativa
- c) Avaliação custo-benefício
- d) Avaliação custo-efetividade.

44. A gestão de projetos requer múltiplas habilidades da equipe em razão da incerteza e dos riscos envolvidos. Considerando o tema, analise as alternativas que seguem.

- I. O gerente responsável pela administração de um portfólio conduz uma parte menor de um projeto da empresa.
- II. O gerenciamento de um projeto implica o estabelecimento de objetivos precisos, claros e alcançáveis, cujas entregas devem ser exatamente dentro do planejado.
- III. A sequência de atividades programadas com o compromisso de fornecer um resultado padronizado deve ser um dos requisitos do projeto, pois é necessário um encadeamento lógico entre as diferentes etapas.

É correto o que consta APENAS em

- a) I e III.
- b) I.
- c) I e II.
- d) II.

45. A administração de recursos humanos cedeu lugar a Gestão de Pessoas, onde as pessoas são vistas como:

- a) Recursos da organização.
- b) Fornecedoras de conhecimento e competências.
- c) Fornecedoras de mão de obra.
- d) Seres previsíveis e flexíveis.

ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E ORÇAMENTO PÚBLICO

Gabriela Zavadinack

46. É uma técnica orçamentária que utiliza mecanismos de planejamento e indicadores de resultado, visa ao alcance de objetivos e metas e realiza o controle de eficiência, eficácia e efetividade:

- a) orçamento tradicional.
- b) orçamento de desempenho.
- c) orçamento-programa.
- d) orçamento participativo.

47. As ações orçamentárias são operações das quais resultam produtos (bens ou serviços) que contribuem para atender ao objetivo de um programa. Elas podem ser tipificadas como “projetos”, “atividades” ou “operações especiais”. Sobre o tema, é correto afirmar que

- a) Projeto é o instrumento de programação utilizado para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto ou serviço necessário à manutenção da ação de Governo.
- b) Ações de fomento ou apoio a projetos de outros entes, por exemplo, são característicos das atividades.
- c) Para uma ação ser classificada como Projeto, suas operações devem ser delimitadas no tempo e sua produção deve incorporar ao patrimônio (aperfeiçoamento ou expansão da ação de governo).
- d) Atividades são despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

48. Relativamente à despesa pública, com base na Lei nº 4.320/64, analise os seguintes itens

- I. A aquisição de imóveis ou de bens de capital já em utilização é considerada um investimento.
 - II. A constituição ou aumento do capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro é um investimento, este considerado despesa de capital.
 - III. A constituição ou aumento do capital de entidades ou empresas que visem a objetivos comerciais ou financeiros é uma inversão financeira, esta considerada despesa corrente.
- a) os itens I, II e III estão corretos.
 - b) apenas o item I está correto.
 - c) os itens I e III estão incorretos.
 - d) apenas o item III está incorreto.

49. No que tange aos estágios da receita e da despesa pública, nos termos da Lei nº 4.320/64, é correto concluir que:

- a) São objeto de lançamento os impostos diretos e quaisquer outras rendas com vencimento determinado apenas em lei.
- b) A arrecadação de todas as receitas far-se-á em estrita observância ao princípio de unidade de tesouraria.
- c) Em casos especiais previstos na legislação específica será dispensado o empenho da despesa.
- d) O empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.

50. O ciclo orçamentário é uma sequência de fases ou etapas que devem ser cumpridas como parte do processo orçamentário. Sobre as fases de elaboração, discussão, votação e aprovação dos projetos, assinale a alternativa correta:

- a) O Presidente da República poderá enviar mensagem à Comissão Mista de Orçamento para propor modificação nos projetos enquanto não iniciada a votação no Congresso Nacional.
- b) As emendas serão apresentadas na Comissão mista, que sobre elas emitirá parecer, e apreciadas, na forma regimental, pelo Plenário das duas Casas do Congresso Nacional.
- c) As emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias poderão ser aprovadas, ainda que parcialmente incompatíveis com o plano plurianual.
- d) Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pelo Senado Federal, na forma do regimento comum.

51. O princípio orçamentário segundo o qual a Lei Orçamentária Anual não consignará dotações globais destinadas a atender indiferentemente a despesas de pessoal, material, serviços de terceiros e transferências e o princípio orçamentário segundo o qual os valores autorizados para a realização de despesas no exercício deverão ser compatíveis com os valores previstos para a arrecadação das receitas são, respectivamente

- a) o princípio da clareza e o princípio do equilíbrio.
- b) o princípio da clareza e o princípio da discriminação.
- c) o princípio da discriminação e o princípio da totalidade.
- d) o princípio da discriminação e o princípio do equilíbrio.

52. A autorização legislativa para a realização da despesa configura crédito orçamentário, o qual pode ser inicial ou adicional. Sobre o tema, é correto afirmar que:

- a) Os créditos suplementares e especiais serão abertos por decreto do poder executivo, dependendo de autorização legislativa.
- b) Os créditos adicionais destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica são classificados como suplementares.
- c) Classificam-se como créditos especiais os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.
- d) A abertura de créditos adicionais especiais e extraordinários depende da existência de recursos disponíveis e deve ser precedida de exposição justificada.

53. Um ente federativo definiu o valor de R\$10.000.000,00 para a sua reserva de contingência. O ente utilizou as seguintes receitas para o cálculo do referido valor:

- a) Tributárias, Serviços, Agropecuária e Outras Receitas Correntes.
- b) Operações de Crédito, Alienação de Bens e Transferências de Capital.
- c) Patrimonial, Contribuições, Agropecuária e Alienação de bens.
- d) Tributárias, Serviços, Amortização de empréstimos e Transferências Correntes.

54. Nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000), assinale a afirmativa correta acerca da despesa com pessoal:

- a) Os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como "Outras Despesas de Custeio".
- b) A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos 12 (doze) imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência, independentemente de empenho.
- c) Nos Municípios em que houver Tribunais de Contas dos Municípios, haverá a redução de 0,4% no limite do Poder Executivo e acréscimo de 0,4% no limite do Poder Legislativo.
- d) Na verificação do atendimento dos limites da despesa com pessoal, não serão computadas as despesas relativas a incentivos à demissão voluntária.

55. A Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, importante instrumento de planejamento da gestão pública, incorporou novas funções a partir da publicação da LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000), dentre as quais pode-se apontar como correta:

- a) definir condições e exigências para transferências de recursos a entidades privadas.
- b) estabelecer as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com a trajetória sustentável da dívida pública.
- c) estabelecer os limites percentuais máximos da despesa com pessoal, a serem observados por todos os entes federativos, com base na receita corrente líquida.
- d) conter o demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas constantes do Anexo de Metas Fiscais.

**AUDITORIA GOVERNAMENTAL,
COMPLIANCE, GESTÃO DE RISCO E
GOVERNANÇA***Tonyvan Carvalho*

56. Considerando a ISSAI 100, no que tange aos principais tipos de auditoria do setor público, assinale a opção correta.

- a) A auditoria financeira é realizada para avaliar se atividades, transações financeiras e informações cumprem, em todos os aspectos relevantes, as normas que regem a entidade auditada.
- b) A auditoria financeira determina se um objeto particular está em conformidade com as normas que regem a entidade auditada, identificadas como critérios.
- c) A auditoria operacional tem por objetivo determinar se intervenções, programas e instituições estão operando em conformidade com os princípios de economicidade, eficiência e efetividade bem como se há espaço para aperfeiçoamento.
- d) A auditoria de conformidade determina se a informação financeira de uma entidade é apresentada em conformidade com a estrutura de relatório financeiro e o marco regulatório aplicável.

57. Assinale a opção que apresenta característica da auditoria de regularidade.

- a) flexibilidade na escolha de temas, objetos de auditoria e métodos de trabalho
- b) ampla seleção de métodos de investigação de diferentes áreas do conhecimento, em especial das ciências sociais
- c) relatório com aspectos de economicidade e eficiência na aquisição e aplicação dos recursos
- d) conclusões expressas sob a forma de opinião concisa e de formato padronizado sobre os demonstrativos financeiros

58. A NBC TA 300 (R1) estabelece a responsabilidade do auditor no planejamento da auditoria das demonstrações contábeis. O auditor deve definir o alcance, a época e a direção da auditoria, para orientar o desenvolvimento do plano de auditoria. Esses aspectos fazem parte do estabelecimento

- a) da estratégia global de auditoria.
- b) da definição dos objetivos do relatório de trabalho de auditoria.
- c) da identificação das características do trabalho de auditoria.
- d) dos fatores significativos do julgamento profissional.

59. Nas auditorias, os papéis de trabalho são elaborados com diversos objetivos, entre eles auxiliar o auditor na execução dos procedimentos planejados. Os papéis de trabalho também são de natureza corrente ou permanente, a depender das características da informação que registram. Um exemplo de papel de trabalho corrente é:

- a) cartões de assinaturas de pessoas responsáveis pela aprovação de transações;
- b) cópias de atas de reuniões cujas decisões se estendem por mais de um exercício social;
- c) cópias de contratos de assistência técnica;
- d) questionário de controle interno.

60. A Secretaria de Saúde adquiriu um sistema que continha um erro de parametrização interna, não registrando na contabilidade mil notas de empenho de um total de 20.000 notas emitidas no mês de setembro de 2020. O Auditor de Controle Externo do TCM PA, ao realizar a auditoria nas Contas de Gestão da Secretaria de Saúde do exercício de 2022, constatou tal erro. O risco associado a essa falha é denominado risco de

- a) Negócio.
- b) Detecção.
- c) Inerente.
- d) Controle.

61. O auditor deve definir e executar procedimentos de auditoria que sejam apropriados às circunstâncias com o objetivo de obter evidência de auditoria apropriada e suficiente.

A quantidade da evidência de auditoria necessária é afetada pela avaliação

- a) de sua confiabilidade e de sua tempestividade.
- b) De sua relevância e de sua verificabilidade.
- c) De sua relevância e dos riscos de distorção.
- d) Dos riscos de distorção e da qualidade da evidência de auditoria.

62. Parte integral do trabalho de auditoria é a execução dos chamados procedimentos analíticos, que, conforme a NBC TA 520, podem ser definidos como

- a) avaliações de informações contábeis por meio de análise das relações plausíveis entre dados financeiros e não financeiros.
- b) a emissão do parecer de auditoria, após concluído todo o trabalho de campo.
- c) o expediente de confirmar se as funções críticas de controle interno estão sendo efetivamente executadas.
- d) expedientes e análises realizadas nas demonstrações contábeis consolidadas, sem desdobramento ao nível de elemento individual de informação, pois estes constituem objeto dos procedimentos sintéticos.

63. A eficiência da auditoria pode ser melhorada se o auditor estratificar a população dividindo-a em subpopulações distintas que tenham características similares. Nesse contexto, o objetivo da estratificação é

- a) Aumentar a variabilidade dos itens de cada estrato e, portanto, permitir que o tamanho da amostra seja reduzido sem aumentar o risco de amostragem.
- b) Aumentar a variabilidade dos itens de cada estrato e, portanto, permitir que o tamanho da amostra seja reduzido, aumentando o risco de amostragem.
- c) Reduzir a variabilidade dos itens de cada estrato e, portanto, permitir que o tamanho da amostra seja reduzido sem aumentar o risco de amostragem.
- d) Reduzir a variabilidade dos itens de cada estrato e, portanto, permitir que o tamanho da amostra seja aumentado, sem reduzir o risco de amostragem.

64. Durante uma auditoria na Secretaria de Saúde do Estado de Santa Catarina, um auditor interno obteve evidências de que vacinas são aplicadas por enfermeiros em crianças que não fazem parte de grupos prioritários e que não necessitam das vacinas, em desacordo com as regras estabelecidas pela prefeitura.

Nesse caso, o auditor interno deve informar em seu relatório que aplicou testes:

- a) substantivos e constatou que há divergência em saldos contábeis.
- b) de inspeção e constatou que há ativos subavaliados.
- c) de circularização e constatou que há infringência a normas profissionais.
- d) de observância e constatou que há falhas nos controles internos.

65. A não obtenção de evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar sua opinião implica que o auditor:

- a) expresse uma opinião adversa, se concluir também que as distorções são relevantes e generalizadas para as demonstrações contábeis;
- b) expresse uma opinião com parágrafo de ênfase, se concluir também que os possíveis efeitos de distorções não detectadas sobre as demonstrações contábeis poderiam ser relevantes e generalizados;
- c) expresse uma opinião com ressalva, se concluir também que os possíveis efeitos de distorções não detectadas sobre as demonstrações contábeis poderiam ser relevantes, mas não generalizados;
- d) expresse uma opinião não modificada, se concluir também que as distorções são relevantes, mas não generalizadas nas demonstrações contábeis;

66. O TCM PA recebeu notícias, oriundas de representantes da sociedade civil organizada, no sentido de que as políticas públicas desenvolvidas por determinado Município eram precárias e não estavam melhorando a qualidade de vida da coletividade. Na medida em que a narrativa não descrevia nenhum ilícito em particular, bem como que a arrecadação do referido Município era sabidamente baixa, o Tribunal decidiu se inteirar da realidade desse ente federativo, de modo a definir o objeto da fiscalização a ser realizada.

À luz dessa narrativa, o instrumento de fiscalização a ser utilizado é:

- a) o acompanhamento;
- b) a tomada de contas;
- c) o monitoramento;
- d) o levantamento;

67. Achado é a discrepância entre a situação existente e o critério. Qual dos atributos do achado a seguir é considerado o padrão de desempenho usado para medir a economicidade, eficiência, eficácia e efetividade do objeto de auditoria e serve para determinar se o objeto auditado atinge, excede ou está aquém do desempenho esperado?

- a) causa.
- b) efeito.
- c) critério.
- d) evidência.

68. São características das auditorias operacionais, EXCETO:

- a) Conceitos-chave: Economia, eficiência, eficácia, efetividade.
- b) Objetivo: Contribuir para a melhoria da gestão pública.
- c) Papel do auditor: Verificar se há discrepância entre a situação encontrada e a lei ou norma.
- d) Principais áreas de conhecimento do auditor: Ciências sociais, análise de políticas.

69. São elementos da auditoria operacional o auditor, a parte responsável, os usuários previstos, os critérios para avaliar o objeto de auditoria e a informação resultante da avaliação do objeto (ISSAI 100/24). Esses elementos apresentam aspectos peculiares nos diferentes tipos de auditoria. Qual desses elementos se referem às pessoas ou organizações para quem o auditor elabora o relatório de auditoria?

- a) o auditor
- b) a parte responsável
- c) os usuários previstos
- d) os critérios para avaliar o objeto de auditoria

70. Elemento central na determinação do direcionamento dos trabalhos de auditoria, das metodologias e técnicas a adotar e dos resultados que se pretende alcançar. Esse conceito está associado ao/à:

- a) Achado de auditoria
- b) Questão de auditoria
- c) Matriz de responsabilização
- d) Matriz de achados

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>
